

Revista Processus Multidisciplinar

Página da revista:

<https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/index>



Resenha do artigo intitulado “O Direito e a Base Moral Cristã no Ocidente”¹

Review of the article entitled "The Law and the Christian Moral Basis in the West"

ARK: 44123/multi.v7i12.1556

Recebido: 26/06/2025 | Aceito: 20/12/2025 | Publicado on-line: 19/02/2026

Ademir Fernandes²

 <https://orcid.org/0009-0002-5157-8016>

 <http://lattes.cnpq.br/8678968813674690>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: adhefer@hotmail.com



Resumo

Esta resenha analisa o capítulo intitulado “Direito e a Base Moral Cristã no Ocidente”, de autoria de Jonas Rodrigo Gonçalves. O capítulo, aqui discutido, foi publicado no livro “Direito e Religião: uma aproximação”, CIP P171d, CDU 340:2, Brasília: Processus, em 2012.

Palavras-chave: Religião. Direito. Moral. Cristianismo. Laicidade. Ética.

Abstract

This is a review of the chapter entitled “The Law and the Christian Moral Basis in the West,” authored by Jonas Rodrigo Gonçalves. The chapter under review was published in the book “Law and Religion: an approximation” in 2012.

Keywords: Law. Morality. Christianity. Secularity. Ethics.

Resenha

A presente resenha tem como objetivo principal abordar, de forma direta, utilizando analogias e vastos exemplos no mundo jurídico brasileiro, porém sem profundidade merecida, o artigo “Direito e a Base Moral Cristã no Ocidente”, escrito por Jonas Rodrigo Gonçalves e publicado no livro “Direito e Religião: uma aproximação” em 2012.

O autor, Jonas Rodrigo Gonçalves, é um acadêmico que se dedica à análise da relação entre Direito e Moral religiosa, com foco no Brasil. Seu percurso acadêmico e vivências o revestem de autoridade para se pronunciar sobre temas da moral cristã inseridos no sistema jurídico, destacando um rol de importantes pensadores do Direito e da justiça social.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.



O autor do artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves, Pós-doutor em Direito (Direitos Humanos); Doutor em Psicologia; Mestre em Ciência Política (Direitos Humanos, Cidadania e Violência); Especialista em Direito (Constitucional, Administrativo e Trabalhista); Especialista em Letras (Revisão de Texto); Especialista em Educação (Didática, Docência e Formação em EAD); Licenciado em Filosofia, em Sociologia e em Letras (Português/Inglês); Professor Universitário; Editor e Revisor de Periódicos Científicos; Pesquisador sobre Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis, Direito e Políticas Públicas, Metodologia do Ensino e da Pesquisa. Seu Lattes encontra-se em: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>.

O capítulo é organizado em seções que incluem o Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords*, Introdução, Desenvolvimento, Considerações finais e Referências, o que facilita a navegação do leitor, de uma forma bem didática e clara, levando em conta toda a importância e a atenção que o tema exige, pois está intimamente ligado à origem do Direito.

A seguir, uma paráfrase do resumo da obra: o autor analisa a relação entre Direito e Moralidade, destacando a influência da Ética cristã nas leis e decisões judiciais brasileiras, mesmo com a laicidade prevista na Constituição Federal. Exemplos dessa influência são evidentes em normas como o Código Penal, instituído pelo Decreto-Lei n.º 2.848 (BRASIL, 1940), especialmente no Artigo 128, que discute o aborto, e em artigos da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que tratam do bem-estar coletivo, direitos fundamentais e valores centrais da ética cristã. O capítulo também aborda a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 442 (STF, 2017), que discutiu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, gerando debates sobre a tensão entre legislações e visões éticas religiosas.

O tema central do capítulo é “O Direito e a Base Moral Cristã no Ocidente”, e a questão principal levantada é: “De que forma influências religiosas moldam a legislação no Brasil, em um estado que se declara laico?”. A hipótese inicial sugere que a moral cristã ainda exerce influência sobre questões legislativas controversas, como a união estável entre pessoas do mesmo sexo e a legalização do aborto.

O objetivo geral do capítulo foi analisar a intersecção entre o Direito e a Moral cristã no Brasil, destacando como essas influências afetam a legislação. Os objetivos específicos foram: investigar a prática legislativa brasileira, examinar decisões do Supremo Tribunal Federal, além de discutir a moralidade cristã como base da Ética nas leis.

A metodologia aplicada consiste em uma análise qualitativa de textos normativos, decisões judiciais e uma revisão bibliográfica sobre a relação entre Moral e Direito, permitindo uma crítica das práticas legislativas, sem perder de vista a contextualização dos temas no dia a dia do brasileiro comum e nas demonstrações dos conflitos inegáveis entre a lei e o real bem-estar social.

O primeiro tema da obra resenhada aborda a “Laicidade do Estado e suas Implicações”, no qual o autor discute o princípio da separação entre Estado e Igreja e as dificuldades práticas enfrentadas neste contexto, arraigadas e consolidadas numa plataforma lastreada e apoiada claramente em princípios religiosos que, em várias situações, não considera o aspecto humano.

O segundo tópico, “Influência da Moral Cristã nas Decisões Judiciais”, analisa casos do Supremo Tribunal Federal, evidenciando a forma como a moral de determinados grupos religiosos afeta decisões e legislações, deixando clara a falta de isenção das decisões que abandonam o universo voltado para a justiça de fato para dar lugar ao conforto de não debater numa esfera ampla, humanística e social.

O terceiro tópico, “Desafios da Legislação Brasileira”, explora as dificuldades enfrentadas pelos legisladores em relação aos temas polêmicos, pela pressão de grupos religiosos, especialmente nas áreas de direitos civis e saúde pública, gerando distorções e o não atingimento do objetivo do arcabouço legal, além do dispêndio de energia que poderia ser utilizada para progredir e não regredir.

O quarto tópico, “História da Relação entre Direito e Religião”, oferece uma visão histórica sobre o tema, pois nos livros sagrados surgem os regramentos como via de melhor prática para possibilitar o convívio social e o bem comum, visão que leva em conta a trajetória da humanidade, seus conflitos sociais e regionais, sem o propósito de influenciar a opinião do leitor.

Ao concluir, Jonas Rodrigo Gonçalves argumenta que, apesar da laicidade estabelecida pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), a moral cristã exerce uma influência significativa sobre a legislação brasileira. O autor observa que questões delicadas, como a união estável entre pessoas do mesmo sexo e a legalização do aborto são frequentemente evitadas pelos legisladores por receio de perder apoio de grupos religiosos. Essa análise revela uma discrepância entre os princípios laicos do Estado e as práticas legislativas, ressaltando a importância de promover um debate plural e respeitoso sobre ética e direitos, buscando a separação da legislação da moral religiosa e a garantia de igualdade para todos os cidadãos.

Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. O Direito e a Base Moral Cristã no Ocidente. **Revista Direito e Religião: uma aproximação**. 2012. CIP P171d. Disponível em: <<http://www.institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2015/02/Direito-e-Religião.pdf>>

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Disponível em:



<www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 28 mar. 2025.

STF, Superior Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - DF (2017 / 0442), de 08 de março de 2017. Disponível em:

<<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5144865>>. Acesso em: 28 mar. 2025.